



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JAIR BARBOSA DE OLIVEIRA

**O EFEITO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA PESSOA EM UMBUZEIRO-PB:
MEMÓRIA COLETIVA E ESCRITAS (1988-2020)**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JAIR BARBOSA DE OLIVEIRA

**O EFEITO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA PESSOA EM UMBUZEIRO-PB:
MEMÓRIA COLETIVA E ESCRITAS (1988-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: História Política.

Orientadora: Doutoranda Noêmia Dayana de Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48e Oliveira, Jair Barbosa de.
O efeito do poder político da família Pessoa em Umbuzeiro - PB [manuscrito] : memória coletiva e escritas (1988-2020) / Jair Barbosa de Oliveira. - 2022.
25 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Noemia Dayana de Oliveira, Departamento de História - CEDUC."

1. Política. 2. Equidade eleitoral. 3. Memória coletiva. 4. Tradicionalismo político. I. Título

21. ed. CDD 981.33

JAIR BARBOSA DE OLIVEIRA

O EFEITO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA PESSOA EM UMBUZEIRO-PB:
MEMÓRIA COLETIVA E ESCRITAS (1988-2020)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para a obtenção do título de
graduado em História.

Área de concentração: História Política.

Aprovado em: 30/11/2022.


BANCA EXAMINADORA



Profa Doutoranda Noêmia Dayana de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Adilson Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Placa localizada na chegada da cidade, ano 1990.....	08
Figura 2 - Monumentos que recebem o sobrenome Pessoa	13
Figura 3 – Localização geográfica de Umbuzeiro em relação aos municípios vizinhos	14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 MEMÓRIA COLETIVA	09
2.1. A memória coletiva na monumentalização dos "Pessoa" em Umbuzeiro	10
2.2 Umbuzeirenses e as “visões do passado”	12
2.3 Reflexos socioeconômicos do tradicionalismo político	14
3 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	15
3.1.Efeito do Capital Político nos eleitores	17
3.2 As Escritas	18
3.3 Produções Historiográficas e a família Pessoa	19
3.4 Escritas literárias	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

O EFEITO DO PODER POLÍTICO DA FAMÍLIA PESSOA EM UMBUZEIRO-PB: MEMÓRIA COLETIVA E ESCRITAS (1988-2020)

THE EFFECT OF THE POLITICAL POWER OF THE PESSOA FAMILY IN UMBUEIRO-PB: COLLECTIVE MEMORY AND WRITINGS (1988-2020)

Jair Barbosa de Oliveira¹

RESUMO

Este trabalho procura demonstrar os efeitos do poder político local na sociedade umbuzeirense, levando em consideração estereótipos construídos por concessão de figuras políticas tradicionais. Analisamos os meios e as ferramentas políticas utilizadas. Por consequência, vimos os efeitos do capital político da família Pessoa para cargos do Executivo Municipal nos pleitos eleitorais; vimos também as produções historiográficas e literárias, bem como as reverberações que permitem a continuidade do tradicionalismo político na sociedade umbuzeirense.

Palavras-chave: Influência Política. Equidade Eleitoral. Efeitos socioeconômicos.

ABSTRACT

This work seeks to demonstrate the effects of local political power on Umbuzeirense society, taking into account stereotypes constructed by concession of traditional political figures. We analyzed the political means and tools used. Consequently, we saw the effects of the political capital of the Pessoa family for positions in the Municipal Executive in the electoral processes; we also saw the historiographical and literary productions, as well as the reverberations that allow the continuity of political traditionalism in Umbuzeirense society.

Keywords: Political Influence. Electoral equity. Socioeconomic effects.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tende a demonstrar os efeitos do poder político local em vários seguimentos da sociedade, alimentados pelo exercício político de uma família tradicional do município: a família Pessoa.

Detentora de uma grande propriedade rural, localizada hoje no município de Umbuzeiro-PB, denominada Fazenda Prosperidade², essa família adquiriu poder político mediante poder econômico, inicialmente fomentado pela pecuária, agricultura e pelas relações de parentesco com a família Lucena (família rica e influente de Pernambuco)³.

¹ Jair Barbosa de Oliveira, graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jair.oliveira@aluno.uepb.edu.br

² “A propriedade da família Lucena, valiosa tanto por seus canaviais como pelo seu gado, fora legada à Henriqueta como sua parte na herança e como dote. Muito provavelmente, entretanto, parte da propriedade também coube ao Coronel José da Silva Pessoa pelo fato de ser o único herdeiro de sua filha [...]” (LEWIN, 1993, p. 145).

³ “O barão com grandeza de LUCENA foi Henrique Pereira de Lucena, filho do Cel. Henrique Pereira de Lucena, que começou sua vida política como delegado de polícia na Capital da Província de

Neste contexto, citamos o casamento de José da Silva Pessoa e Ubaldina Barbosa de Lucena, (falecida precocemente, com menos de um ano de casamento) e segunda núpcias entre o viúvo e a irmã de Ubaldina, a senhora Henriqueta Barbosa de Lucena. Vale ressaltar que as famílias Pessoa e Lucena obtiveram maior prestígio político mediante militância no Partido Liberal (LEWIN, 1993. p 145). Não obstante, mesmo antes do regime republicano no Brasil, ambas as famílias esbanjavam poder político (ver nota de rodapé 2).

Epitácio Pessoa, filho do casal José da Silva Pessoa e Henriqueta Barbosa de Lucena, foi o primeiro umbuzeirense a adquirir notoriedade nacional. Teve uma brilhante carreira como “magistrado, jurista, professor, e político de grande envergadura e orador dos mais brilhantes. Foi eleito presidente da República” (IBGE, 1960, p. 416). Sua influência foi tão forte que: “entre 1916 e 1930, colocou cinco de seus sobrinhos na Assembleia e dois outros no Congresso Nacional e na Governança do Estado” (LEWIN, 1993, p. 107-283).

Os vestígios do poderio político dos “Pessoa”, bem como os mecanismos utilizados para a reverberação da influência política na sociedade umbuzeirense estão presentes nas produções simbólicas institucionalizadas nos espaços públicos, demonstrando a força do status quo⁴ da família.

O simbolismo criado pelos “Pessoa” através da trajetória dos umbuzeirenses Epitácio Pessoa e João Pessoa e parentes culminou em uma herança política que por décadas influenciou a política local, influenciando e interferindo na paridade/equidade eleitoral no município, constituindo-se uma força invisível, mas atuante.

O efeito da influência do poder político local mobiliza a construção de uma memória coletiva, resultando em ações de simpatia, afetividade e “pessoalização” aos parentes da família tradicional. Existe, numa boa parcela da sociedade umbuzeirense, um sentimento de orgulho/devoção por pertencer à “terra dos Pessoa” (BARRETO, 2020. p 18).

Tal sentimento contribui para manutenção dos herdeiros deste poder tradicional no âmbito político local. Personificam-se em ferramentas políticas, que agem em favor de si e de seus agentes, produzindo mecanismos simbólicos para fins políticos. Desta forma, a influência se efetiva como mecanismo político. Como afirma Bourdieu: “os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Os espaços públicos e monumentos que foram nomeados com o sobrenome da família “Pessoa” tornam-se, simbolicamente, uma ferramenta de uso político. Na intenção de rememoração do passado de Epitácio Pessoa e João Pessoa, existe uma demonstração de feitos, cargos, vida política e um passado de “glória”. Simultaneamente, existe o produtor desse simbolismo que pretende “eternizar” tal sentimento na memória dos umbuzeirenses.

Os espaços públicos que carregam na nomenclatura o sobrenome Pessoa aguçam ou podem aguçar os cidadãos umbuzeirenses através da memória, sobretudo, a memória afetiva, que “surge das emoções que depositamos em cada recordação, ela é como o gosto que provém da sensação evocada ou lembrada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019. p 233). Estes espaços são ressignificados por

Pernambuco. Foi Deputado Provincial e Presidente das Províncias do RN, e PE em 1872, e em 1890, da BA e do RS. Era Grande do Império, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e da de Cristo e da Legião de Honra da França” (DUARTE, 2013. P.100).

⁴ Neste contexto, refere-se a permanecer com a hegemonia política.

quem os apresenta, tais como os usos sociais feitos em datas comemorativas, em discursos feitos por políticos e ou correligionários pares, em aulas de campo, entre outros, os quais se efetivam como propaganda para a hegemonia do poder político dos “Pessoa”.

Para tanto, concordamos que “o capital político é uma força do capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento [...]” (BOURDIEU, 1989. p 188). Em várias décadas de hegemonia dos “Pessoa” na frente do Executivo Municipal⁵, foram muitas as produções simbólicas que culminaram numa memória coletiva de afeição.

A dinâmica utilizada pelos “Pessoa” à frente do Executivo era de populismo local⁶, ou seja, ações que demandavam prestígio político como pagamento de contas de água, luz e remédios para terceiros, contribuições pessoais (dos “Pessoa”) a torneios locais de futebol, futsal e coisas do gênero, doação de pequenos valores a pedintes, entre outros. Podemos somar a esta forma de fazer política as constantes rememorações dos filhos de Umbuzeiro que se destacaram no cenário nacional: uma gama de prédios e espaços públicos que foram nomeados e renomeados com esse sobrenome.

Tal mecanismo permitiu criar simbolismos que, por consequência, refletem numa memória coletiva na “terra dos Pessoa”. A referência a estes constava inclusive em uma placa localizada na entrada da cidade (figura 1), que foi implantada nos anos 1990, (hoje não existe mais, por falta de manutenção). Essa é uma demonstração do poder simbólico e um dos mecanismos utilizados para a efetivação do poder local. Além disso, a utilização de figuras como João Pessoa e Epitácio Pessoa em monumentos, cristalizam (ou tentam eternizar) tal poder. Ressalvando que não é questionada pelos cidadãos as tais produções simbólicas, uma vez que Umbuzeiro é a cidade natal desses homens.

Figura 1 - Placa localizada na chegada da Cidade, ano 1990



Fonte: BARRETO (2020, p.16).

Dito isto, a tônica deste trabalho é demonstrar os efeitos do poder político local na sociedade umbuzeirense, levando em consideração estereótipos construídos por figuras políticas tradicionais. Portanto, além de reconhecermos o prestígio dos Pessoa promovido pelo Estado, através do poder público municipal (nomeações de espaços públicos, comemorações de datas, homenagens e outras),

⁵ “Carlos Pessoa 1917, José da Silva Pessoa Sobrinho 1926, Carlos Pessoa 1935, Carlos Pessoa 1938 reassume, Carlos Pessoa Filho 1951, Carlos Pessoa Filho 1959, Carlos Pessoa Filho 1963, Terezinha Lins Pessoa 1977, Carlos Pessoa Neto 1989, Carlos Pessoa Neto 1997, Carlos Pessoa Neto 2001, Thiago Pessoa 2013” (GOMES, 1995. p 40-41).

⁶ Neste contexto: práticas políticas de apelo em busca de prestígio político.

investigamos o *modus operandi* desse poder político local através da memória coletiva e das produções acadêmicas e literárias sobre Umbuzeiro.

Para tanto, o efeito do poder dos herdeiros do capital político dos “Pessoa” em Umbuzeiro será analisado por dois pontos distintos: (1) do sentimento de orgulho por ter filhos ilustres no cenário político nacional e, (2) pela situação socioeconômica do município em relação aos municípios circunvizinhos, sem a prerrogativa de políticos influentes na política nacional.

Fizemos uma análise bibliográfica de produções sobre a família Pessoa, consultas a órgãos oficiais sobre quantitativos de votos, bem como os efeitos do poder político local no desenvolvimento socioeconômico do município de Umbuzeiro, sob a perspectiva dos órgãos oficiais de desenvolvimento humano (IBGE), os quais demonstram uma estagnação demográfica da sede do município, o qual ficou impossibilitado de crescer pelas conjunturas abaixo problematizadas.

Nesse sentido, o estudo está dividido em duas seções: a primeira evidencia os meios e as ferramentas utilizadas pela família Pessoa, elencando a influência nos pleitos eleitorais para gestor municipal. Na segunda, fizemos uma análise crítica das produções acadêmicas e literárias sobre a história política de Umbuzeiro.

Observamos que o poder simbólico em Umbuzeiro está monumentalizado nos espaços públicos, na memória coletiva e na escrita. É comum ver professores em aulas de campo nos espaços nomeados com o sobrenome Pessoa, principalmente elencando a importância de Epitácio Pessoa, Cel. Antônio Pessoa, João Pessoa e Assis Chateaubriand. Não entramos no mérito metodológico e didático dos professores, muito menos criticamos a escolha dos espaços de aula, mencionamos, no entanto, essa utilização e a constante rememoração dos “Pessoa”.

Ademais, é comum, nos discursos políticos parlamentares do município, principalmente advindos dos “Pessoa” ou correligionários (pares), a ênfase a obras como escolas, creches, ruas, praças e outras, que foram construídas ou reformadas na vigência administrativa dos “Pessoa” ou de seus pares, as quais levam o sobrenome da família. Uma vez mais, não entramos no mérito de quem construiu as mesmas, apenas na utilização dos espaços públicos e nos discursos que são utilizados para fins eleitorais (leia-se para angariar prestígio político).

Por isso, os mecanismos de utilização do poder simbólico, a influência eleitoral, os espaços públicos monumentalizados e as construções discursivas, contribuíram para o poder político tradicional se manter hegemônico no município e, quando não, na iminência de voltar à hegemonia política.

Por fim, acreditamos que numa sociedade democrática é necessário desconstruirmos estereótipos utilizados para fins políticos e que possamos descontinuar a hereditariedade política para fins próprios, contribuindo, assim, para a equidade nos processos eleitorais do município.

2 MEMÓRIA COLETIVA

Embora a empregabilidade do termo memória no campo da historiografia seja plural e divergente, tendo em vista os vários tipos de memória e perspectivas, entre elas a memória individual, a memória coletiva, a memória histórica e a memória afetiva, é, sobretudo, a memória coletiva que tende a construir uma linearidade temporal de histórias sem a preocupação da crítica historiográfica (MOTTA, 2012, p.25). Em outras palavras, a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p. 9).

Há que se considerar que existem alguns elementos constitutivos da memória, entre eles, os lugares de memória, os acontecimentos vividos ou apropriados pela influência social e os monumentos arquitetônicos (POLLAK, 1992). Não obstante, a memória coletiva, conceito de Maurice Halbwachs (1950), evidencia que a memória é algo compartilhado coletivamente:

Quais são, portanto os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. E em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 201).

Considerando isso, um grupo social que por ventura, resida ou faça parte do ciclo social dos "Pessoa", pode sofrer o efeito que a memória coletiva proporciona, ou seja, as variadas produções simbólicas exercem uma pressão de afeição que culminam na "Pessoalização dos Pessoa" na memória, sobretudo na Memória Coletiva.

Desta forma, produções simbólicas como monumentos, lugares públicos de constante socialização e tudo o que faz parte do cotidiano dos cidadãos umbuzeirenses, são elementos que contribuem na formação da memória coletiva.

Mas, além desse pertencimento, a memória coletiva contribui para a manutenção da permanência do tradicionalismo político local, interferindo na paridade de processos eleitorais para cargos do executivo municipal.

Não obstante, veremos que, para além do prestígio dos umbuzeirenses Epitácio Pessoa e João Pessoa, existe o uso da herança política (capital político) deixada por eles, que é utilizada para fins eleitorais no presente vivido.

2.1 A memória coletiva na monumentalização dos "Pessoa" em Umbuzeiro

O município de Umbuzeiro carrega em sua história figuras políticas que exerceram grande relevância no cenário político regional e nacional⁷. Entre eles Epitácio Pessoa, 11º Presidente do Brasil (1919-1922), tendo ocupado outros cargos, como o de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador, Deputado Federal, Ministro da Justiça e Chefe da Comitiva Internacional em Haia (LEWIN, 1993, p. 144).

Além disso, o seu sobrinho João Pessoa, beneficiário do capital político da família, foi advogado, auditor geral da marinha, ministro da Junta de Justiça Militar e ministro do Superior Tribunal Militar, além de ter sido presidente do Estado (atual cargo de governador) da Paraíba e candidato a vice-presidente da República, em 1930 (BARRETO, 2020, p. 118-119).

⁷Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, (Presidente Epitácio Pessoa), João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, (Presidente João Pessoa), Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. (Jornalista Assis Chateaubriand), Antônio da Silva Pessoa, (Cel. Antônio Pessoa), Francisco Pessoa de Queiroz. Aristarcho Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, (Aristarco Pessoa), Severino Bezerra Cabral. Severino Cabral, (político e industrial), Milton Bezerra Cabral-Milton Cabral, (político e industrial) Pedro da C. Pedrosa, (Cunha Pedrosa), Antônio da Costa Gomes, Deputado Antônio Gomes, Napoleão Bezerra Laureano, Patricio Leal de Melo, Carlos da Silva Pessoa, Carlos Pessoa Filho – Dr. Carlos Pessoa, Luiz Carlos Vasconcelos (Ator global).

Ambos tiveram relevância no cenário político nacional, contudo, não nos debruçaremos no exercício dos cargos, nem tão pouco nas minúcias das datas e dinâmicas eleitorais. A pretensão, neste estudo, é discorrer sobre o uso da imagem política de Epitácio Pessoa e João Pessoa nos espaços públicos de Umbuzeiro, bem como a utilização do sobrenome Pessoa como capital político.

Para tanto, consideramos que, na memória coletiva:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1989, p. 201).

A memória coletiva legitima a herança política para fins de apropriação e legitimação da continuidade do exercício do poder político local, que resulta na manutenção do exercício de cargos públicos ou outorgação deste poder a indivíduos pares.

A dissertação de mestrado do professor José Luciano de Queiroz Aires nos aponta o uso mitificado da figura de João Pessoa nos desdobramentos de 1930: “O mito da chama Revolução de 30 foi, sem sombra de dúvida, o ex-presidente João Pessoa [...] membros da Aliança Liberal cuidaram de inventar tradições [...]” (AIRES, 2006, p. 20). Ao criar uma narrativa política do assassinato de João Pessoa, criou-se um mito político, culminando numa criação e apropriação de poder pelo viés mítico, inventado.

Em Umbuzeiro tal poder se reflete nos espaços públicos, com monumentos, nomeações de ruas e edifícios públicos:

[...] Escola Estadual João Pessoa, Grupo Escolar Cel. Antonio Pessoa, Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa, Escola Maria Pessoa Cavalcanti, Posto de Saúde Sinhá Pessoa, Fórum Presidente Epitácio Pessoa, Museu Casa de João Pessoa, Avenida Dr. Carlos Pessoa, Estação Experimental João Pessoa, Rua Dr. Epitácio Pessoa, Rodovia Terezinha Lins Pessoa (BARRETO, 2020, p. 88).

Observamos que há uma monumentalização do sobrenome Pessoa nos espaços públicos no município de Umbuzeiro, que foi criada através de estratégias políticas para se manter no poderio político, com nomeações e renomeações de espaços e prédios públicos que eternizam o sobrenome dessa família. Por isso são abundantes os espaços públicos rememorando os “ilustres”, com “[...] obras que fixam a atenção, feitas para lembrar. Logo, o monumento é algo que se erige como um lugar de memória, como um marco significativo de referência para a rememoração [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 10), contudo, não existe nada demais em lembrar uma figura ou um evento importante do passado.

A criação de simbolismos é uma prática comum na seara política, considerando o cenário do Brasil. Temos como exemplo a transição política do Império para República⁸. Tal evento foi historicizado por José Murilo de Carvalho. Seu trabalho apontou para as construções simbólicas dos “republicanos” por meio de símbolos: bandeira, hinos e heróis, cuja finalidade maior foi tornar legal e legítima a transição política e estabelecer as pretensões políticas de uma elite. No entanto, a maioria dos brasileiros nem sabia o que era República (CARVALHO, 1990).

⁸ 15 de novembro de 1989, dia da Proclamação da República Brasileira.

Ademais, não esqueçamos que os interesses políticos que inventam/criam simbolismos culminam em mecanismos para fins eleitorais. As nomeações e construções de espaços públicos com sobrenomes conhecidos, podem subliminarmente intencionar o cidadão eleitor a uma pré-disposição político-partidária (caso o uso desses símbolos seja reinterpretado, usado, apresentado por seus pares). No caso de Umbuzeiro, os candidatos da família tradicional Pessoa, são os maiores beneficiados.

Não estamos aqui pondo juízo de valor na importância política dos “Pessoa”. A intenção é pontuar o prestígio construído em torno deles para fins exclusivamente eleitoreiros, pois estes durante décadas permanecem no poder local. Ou seja, há uma utilização da figura política dos “Pessoa” para angariar prestígio político e, conseqüentemente, votos em pleitos eleitorais. Por isso, é feito o uso da memória histórica, da utilização de eventos ou figuras para fins próprios (HALBWACHS, 1968).

Não é à toa que

Na medida em que se reproduz o sobrenome “Pessoa”, por intermédio de ruas, instituições ou se veem os bustos desses personagens pela cidade, há uma constante referência a esta família que visa manter-se presente na memória da cidade. Este recurso denominado por Alcir Lenharo (1986) de “sacralização da política” faz uso de várias formas de comunicação enquanto instrumento de divulgação de um determinado projeto político (BARRETO, 2020, p. 65).

As nomeações e renomeações de espaços públicos em Umbuzeiro constituíram produções simbólicas para fins eleitorais. Para entendermos esta dinâmica, os sistemas simbólicos estabelecidos pela família Pessoa cumpriram sua função de dominação: a chamada “terra dos Pessoa” nunca foi só uma alusão à terra natal de Eptácio Pessoa ou João Pessoa, nem tão pouco aos seus descendentes de relevância política local.

A “terra dos Pessoa” envolve também a dominação socioeconômica da família Pessoa que reverbera, sobretudo, no âmbito cultural com os lugares de memória e escritas. Em outras palavras, existia os “Pessoa” e os subordinados dos “Pessoa” que vivenciam esse poder simbólico:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Assim como o poder físico ou econômico, o poder simbólico causa efeitos reais, mas ele é sutil: quem o exerce ou quem é envolvido por ele não o reconhece. Os cidadãos umbuzeirenses sofrem ou sofreram os efeitos deste poder ao longo de décadas.

Desta forma, fica evidente que os monumentos, em suas variadas formas de uso, bem como a reverberação de uma memória saudosista dos “Pessoa” de outrora, agem como operadores estruturantes da subjetividade social, com efeito nas ações discursivas, que gera uma memória coletiva e, por consequência, podem ser usados para fins políticos eleitoreiros.

2.2 Umbuzeirenses e as “visões do passado”

Não se pode eliminar o vivido: ele, de alguma forma, está vivo, seja na memória, na escrita ou em vestígios variados. Desta forma, segundo Sarlo (2005) o passado não pode ser desapropriado do presente. Quando bem organizado, narrado ou escrito, ele torna eventos e personagens sociais indissociáveis da “visão do passado”.

Este movimento nos permite desdobrar certos paradigmas locais, que permeiam a memória dos cidadãos umbuzeirenses. Por tabela, influencia as preferências políticas e culmina numa cultura de culto ao passado de glória da família Pessoa. Mas é também verdade que o passado de alguns umbuzeirenses, foi excepcionalmente difundido nacionalmente, como o caso de Epitácio Pessoa, João Pessoa e outros. Porém, o cidadão do presente é constantemente reiterado deste passado glorioso, de modo que este passado está evidenciado nos espaços públicos e na memória (Figura 2).

Não obstante, no discurso da população, existe um sentimento de orgulho, remetendo ao(s) filho(s) da terra que exerceram cargos importantes na política nacional. A “terra dos Pessoa”, um sentimento de prestígio, respeito e devoção moral e política. Um desses fatos, reproduzidos pelos umbuzeirenses, foi as missas domingueiras do Cônego Ramalho, que só iniciava a celebração quando a senhora Marina Pessoa, chegasse ao recinto eclesiástico (AVELINO, 2021). Esta narrativa ressalta o apreço moral que existiu com os membros da família e a relação que estes tinham com o poder eclesiástico, relações que ganharam repercussão depois do evento.

As “visões do passado” se misturam com a percepção do presente. Os cidadãos umbuzeirenses carregam um sentimento dual: de um lado o orgulho por seus “filhos ilustres”, por outro, as frustrações de morar em uma cidade que não se desenvolveu economicamente. Se por um lado, alguns acreditam que houve uma melhora econômica e social que equivale a mudanças ocorridas em cidades de grande porte até metade do século XX, por outro lado, alguns viram o município estagnar, pois, cidades circunvizinhas são pontos de referência para compras de varejo e atacado, tem melhores instituições de ensino, etc.

Figura 2 - Monumentos que recebem sobrenome Pessoa



Fonte: Citação: 1-Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento; 2- Creche Terezinha Lins Pessoa; 3- Escola Estadual João Pessoa; 4- Grupo Escolar Cel. Antonio Pessoa; 5- Biblioteca Municipal Presidente Epitácio Pessoa; 6- Escola Maria Pessoa Cavalcanti; 7- Posto de Saúde Sinhá Pessoa; 8- Fórum Presidente Epitácio Pessoa; 9- Museu – casa de João Pessoa; 10- Avenida Dr. Carlos

Pessoa; 11- Estação Experimental “João Pessoa”; 12- Rua Dr. Epitácio Pessoa; 13- Rodovia Terezinha Lins Pessoa (BARRETO, 2020, p. 16).

Por isso, o respeito e devoção política aos “Pessoa” nunca se erradicou. Quando falo em sentimento dual que permeia a memória coletiva, não me contradigo, pois para além destes sentimentos, existem àqueles que reconhecem os malefícios da permanência hegemônica desse poder local.

Não é à toa que entre os anos de 1988 e 2020 o poder político local dos “Pessoa” teve redução nos ganhos eleitorais, mas ainda assim estes lograram quatro vitórias das nove eleições disputadas para o cargo de gestor do Poder Executivo Municipal sendo que, das cinco que não lograram êxito, em duas eles não participaram do pleito diretamente e em outra houve decisão judicial de anulação da candidatura de Carlos Pessoa Neto (eleições de 2008).

2.3 Reflexos socioeconômicos do tradicionalismo político

Para melhor entendermos este sentimento dual, faremos uma breve análise comparativa do município de Umbuzeiro em relação aos municípios vizinhos, observando o índice de desenvolvimento econômico destes municípios pela perspectivas/prospecção de órgão oficiais do país.

De acordo com censo do IBGE de 2010, o município era habitado por 9.298 mil pessoas, com estimativa de 9.914 mil pessoas em 2021, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal era de 0,584. Esses números são bem mais baixos se comparados com municípios que margeiam o município de Umbuzeiro.

Vejamos,; Aroeiras- PB, cuja população era de 19.098 em 2010; o município de Surubim- PE, a população era de 58.515 mil pessoas, com IDH municipal de 0,635 e, por fim, Orobó- PE, com a população de 23.985 mil pessoas e o IDH municipal de 0,610⁹.

Figura 3 - Localização Geográfica de Umbuzeiro em relação aos municípios vizinhos



Fonte: BARRETO (2020, p.37).

Os números acima não levam em consideração os avanços dos distritos emancipados do município de Umbuzeiro dos últimos trinta anos, que em

⁹ Site do IBGE, acesso em 15 de novembro de 2022.

população e IDH municipal não ultrapassaram Umbuzeiro, porém em comparação a gráficos próprios, tiveram aumentos significativos de crescimento demográfico urbano e rural, bem como melhoramento econômico após suas respectivas emancipações.

Não obstante, a sede do município é reconhecida por dificuldades administrativas e territoriais que dificultam o crescimento urbano, logo, impedem o crescimento socioeconômico. Estes impasses se resumem da seguinte maneira: fazendas particulares e ou públicas e os limites de Estado (divisa entre PE-PB), a saber: Fazenda Experimental de Criação João Pessoa, Embrapa, hoje Empaer, ao Leste; a Fazenda Prosperidade, particular da Família Pessoa; ao Norte; Distrito de Umburetama no município de Orobó- PE, ao Sul.

Vale salientar que a Fazenda do Estado, Fazenda da Família Pessoa e o Distrito de Umburetama, que é Orobó- PE, fazem limite, restritamente com o centro e sede do município de Umbuzeiro, não havendo possibilidade de crescimento urbano em termos territoriais. Considerando isso, há vários anos a sede do município estagnou, engendrando vários problemas, entre eles o da impossibilidade de construção de novos prédios residenciais e comerciais.

O não crescimento urbano da cidade de Umbuzeiro se deu pela impossibilidade de falta de loteamentos, em grande medida, as terras que poderia ser loteadas, estão sob a administração particular dos “Pessoa” (Fazenda Prosperidade). No entanto, houve, nos últimos 30 anos, um bairro que se desenvolveu por ocasião de vendas e doações feitas pelos “Pessoa”: Bairro do Matadouro, hoje Bairro chamado de Sagrada Família. Este fato demonstra que a hipótese de não loteamento e a não desapropriação de terras ao redor da sede do município, fez a cidade atrofiar, demograficamente falando.

Outro ponto importante a se considerar neste quesito são as terras que hoje pertencem ao Estado (através do Decreto Federal nº 14.711 de 05 de março de 1921), angariadas no período da gestão presidencial de Epitácio Pessoa. Estas terras margeiam a sede do município de Umbuzeiro. Elas foram, por muito tempo, geridas pelo poder local da família Pessoa, que tinha muita influência política no Estado e no município de Umbuzeiro, exercendo cargos importantes por vários anos.

Ao longo de décadas os “Pessoa” estiveram à frente de indicações de gestores e funcionariado da Fazenda do Estado, no município de Umbuzeiro. No entanto nunca houve uma desapropriação dessas terras para construir casas populares ou outros prédios públicos para os umbuzeirenses. Desta forma, nos resta afirmar que grande parte da impossibilidade do crescimento demográfico urbano se deu pelo efeito administrativo político e particular da família Pessoa.

A falta de crescimento demográfico urbano surtiu efeito na memória coletiva, o sentimento de atraso socioeconômico é constante nas gerações contemporâneas dos anos 2000 e posteriori. Porém, o prestígio cultural dos “ilustres filhos” umbuzeirenses, através da “visão do passado”, se mistura ao sentimento de estagnação econômica, resultando numa resistência ao poderio hegemônico local. Dito de outra forma, houve uma alavancada nas candidaturas oposicionistas aos “Pessoa” nas últimas décadas.

3 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

Nos últimos 30 anos (1988-2020) de eleições em Umbuzeiro houve uma diminuição do poder político local dos “Pessoa”. Esta afirmação foi feita pela revista

Veja, no ano de 1993 (p.85), a qual apontava um declínio da hegemonia política da família Pessoa. Porém, observamos que os candidatos de sobrenome Pessoa ainda se sobressaem no quantitativo de êxito nos pleitos eleitorais, constituindo-se resquícios do poder político local, obtendo a maioria dos votos em quatro pleitos: Carlos Pessoa Neto, foi eleito 3 vezes; Thiago Pessoa, eleito uma vez¹⁰.

Observemos que nas últimas três décadas os candidatos com sobrenome Pessoa tiveram 16 anos na regência do poder Executivo, mas, neste ínterim, algumas decisões judiciais apontaram para a improbidade administrativa¹¹, impossibilitando alguns candidatos dos “Pessoa” de pleitearem eleições municipais. Outra ressalva é que nas eleições de 2012, o candidato eleito Thiago Pessoa não obteve a maioria dos votos, tendo em vista que neste pleito tiveram três candidatos e ele foi o mais votado entre os três, obtendo 44,54%, ou seja, juntando os votos da oposição, somam mais de 55 % dos votos válidos.

Essa queda do poder político local dos “Pessoa” está ocorrendo após vários anos de hegemonia eleitoreira, uma vez que desde a Primeira República eles se destacavam no cenário político estadual, como afirmou Eliete Gurjão (1999). Esta herança política resiste aos dias atuais, como vimos nos resultados eleitorais das últimas décadas. Para entendermos melhor a trajetória de permanência desse tradicionalismo político no município de Umbuzeiro, veremos um pouco da dinâmica constitutiva de manutenção desse poder.

Existe uma prática comum na ceara política que são as nomeações para cargos de confiança feitas pelos chefes do poder executivo. Trazendo para o município de Umbuzeiro, esta prática obedece aos interesses políticos dos “Pessoa”, pois os cargos públicos entre os anos de 1988 e 2020 foram exercidos por um familiar próximo ou, quando não, por indivíduos de grande aproximação da citada família.

Temos como exemplo a gestão do ex-prefeito Thiago Pessoa (2013-2016), em que, na folha de pagamento, são reconhecidos os seguintes cargos e funcionários:(a) Secretário de Assistência social –Lúcia de Fátima Pessoa Camelo, no cargo de 01/01/2013 a 30/04/2014 e foi substituída por Marcela Pessoa Camelo; (b) Chefe de Gabinete – Carlos Pessoa Neto, no cargo de 01/01/2013 a 30/04/2014 sendo substituído por Fábio Pessoa;(c) Diretor de Obras de Serviços Urbanos – Guillermo Leite Pessoa, no cargo a 01/06/2013 a 30/06/2016¹².

Observemos que essa parte da pesquisa que menciona as nomeações verificou que estas não possuem prerrogativas éticas e/ou morais, nem tem a pretensão de seguir os preceitos jurídicos. Apenas a defesa dos interesses administrativos e políticos da família Pessoa, uma vez que esses cargos (Assistência Social, Gabinete e Serviços Públicos), possuem relações diretas com a população e foram ocupados por indivíduos da família Pessoa, uma estratégia política para controlar os meios públicos e angariar prestígio político.

A premissa e o controle dos principais cargos de confiança em administrações públicas por gestores do executivo é estratégia consolidada na política brasileira, em Umbuzeiro ela tem um caráter expressivo. Aos cidadãos umbuzeirenses que precisassem de serviços de assistência social ou reivindicassem melhorias de infraestrutura ou qualquer assunto referente ao município, existia um parente do

¹⁰ Thiago Pessoa, eleito em 2012, com 2.340 votos. <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

¹¹ Processo nº 0000110-54.2009.8.15.0401.

¹² Constante na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Umbuzeiro, em arquivo de sistema interno.

gestor, quando não, uma pessoa de alta confiança dele, para intermediar. Este *modus operandi* é sujeito a várias interpretações, porém nos limitamos a dizer que serviu para angariar prestígio político mediante os serviços públicos prestados.

3.1 Efeito do Capital Político nos eleitores

Para falarmos em cargos públicos e eleitorais é necessário pontuarmos algumas considerações sobre a Justiça Eleitoral. No Brasil, ela foi criada em 1932 pelo Decreto nº 21.076/1932¹³, cujo nome era Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, sendo extinto no Estado Novo, durante o período presidencial de Getúlio Vargas. Nesse momento, foi atribuído à União o poder de legislar sobre as competências da Justiça Eleitoral. Em 28 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.586/1945, foi restabelecida a Justiça Eleitoral com autonomia própria, renomeado de Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e existindo com seus respectivos Tribunais Regionais (TRE).

Este órgão teve como finalidade moralizar juridicamente os processos democráticos no Brasil, tendo em vista a falta de paridade eleitoral por meio da imposição econômica, social, afetiva e tantas outras que os eleitores sofriam devido à condução do processo eleitoral antes dessa institucionalização de justiça específica (Eleitoral). Quando falamos nisto, em contraposição, estamos desconstruindo as práticas vigentes na época, que eram as do coronelismo, do clientelismo entre outras.

Não vamos nos aprofundar na especificidade da criação da Justiça Eleitoral, apenas enfatizar a sua principal funcionabilidade, ou seja, permitir que os processos democráticos, bem como as escolhas dos representantes através do voto, ocorressem da maneira mais paritária possível, permitindo que os candidatos e eleitores participassem do processo de forma mais igualitária.

Junto a esta dinâmica surge a necessidade da transparência eleitoral, a lisura de processo com finalidade de igualdade/paridade entre os candidatos e a justiça no cumprimento das regras estabelecidas através das leis específicas da própria Justiça Eleitoral (o Código Eleitoral).

Os artigos que compõem o Código Eleitoral, a Lei 4.737 de 15 de julho de 1965, bem como todo aparato jurídico, faz parte de uma série de regras que regem o bom andamento dos processos democráticos no Brasil. Tais pressupostos abrangem o princípio da legalidade e legitimidade do processo. De forma genérica, o aparato jurídico que sustenta as leis eleitorais tem como finalidade maior, tornar o processo de escolha dos representantes legal, juridicamente falando e o mais justo possível, determinando inclusive tempo de propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/97 art. 39, § 9º).

Tal pressuposto vislumbra uma paridade entre os candidatos, posto isto, é evidente que os possuidores do capital político da família Pessoa têm um usufruto de propaganda eleitoral permanente e fixa nos espaços públicos da cidade de Umbuzeiro. Embora as leis não atentem para o impacto destes lugares de memória como possíveis potenciais de propaganda política permanente, é razoável atentar que as perspectivas sociológicas já apontadas neste trabalho demonstram que isso influencia na escolha dos representantes do poder legislativo municipal, ainda mais quando o herdeiro se apropria do discurso saudosista, enfatizando continuidades de serviços públicos prestados por seus antecessores.

¹³<https://www.tse.jus.br/o-tse/justica-eleitoral/historia/historia-do-tse>.

Outra prática comum no poder local se configura como crime previsto no artigo 301 do Código Eleitoral. Por se tratar de uma cidade de porte pequeno, aproximadamente 10 mil habitantes, eram comuns queixas de coação mediante ameaça a eleitores que viviam em terras da família Pessoa, seja na qualidade de posseiros, seja na de arrendadores ou pagadores de foro. Esses eleitores sofriam ameaças físicas e psicológicas, pois, estavam à mercê dos resultados das eleições.

Em 1992 muitos cidadãos/eleitores de Umbuzeiro foram despejados de suas casas. Estes viviam em posses precárias de terras da Fazenda Prosperidade, de propriedade da família Pessoa, como falamos anteriormente. Essas práticas foram concomitantes ao resultado de derrota do candidato indicado pela referida família tradicional, sendo este o candidato Antonio Araújo, que obteve 46,65% dos votos, contra o candidato eleito, Teófilo, que obteve 53,35% dos votos.

Vale ressaltar que o prestígio que a família Pessoa construiu ao longo do tempo atravessou gerações. Para os habitantes do município de Umbuzeiro e circunvizinhos, conhecer ou votar “nos Pessoa” tornava-se motivo de orgulho. Este sentimento é tão forte na memória dos umbuzeirenses que independentemente do candidato ou das propostas e planos de governo, existe um quantitativo expressivo e fiel de votantes dessa família ou da pessoa indicada por eles.

Neste cenário, nas últimas eleições para o cargo de poder Executivo nos anos de 2016 e 2020 os candidatos Hélio e João de Honório, respectivamente, foram apoiados pela dita família e obtiveram mais de 30% dos votos. Mesmo a oposição trabalhando forte e os candidatos sendo indivíduos de pouca popularidade e sem prestígio político relevante, obtiveram votação expressiva. Vale salientar também que a maior parte dos simpatizantes dos “Pessoa” são indivíduos de uma faixa etária maior que 35 anos de idade.

3.2 As Escritas

Nesta seção veremos como as produções acadêmicas e literárias descrevem a família Pessoa e a relação que possuem com as políticas públicas no município. Faremos uma análise crítica das produções, relacionando-as com a situação socioeconômica do município de Umbuzeiro. Veremos como as escritas descrevem o município e sua gente.

É importante ressaltar que as escritas (acadêmica ou literária) também são marcadas pela memória coletiva/individual, produções que não se eximem da subjetividade dos seus produtores. O tempo presente e as motivações dele são o que marca a subjetividade dos historiadores ou literários que, por meio de suas produções, expressam as suas respectivas percepções sobre o que estudam e escrevem.

Para melhor entendermos, é importante pensarmos a operação historiográfica como àquela que é marcada pelo aspecto contemporâneo e local de quem a produz:

Devemos lembrar ainda que existem mais dois aforismos que também se impuseram cada vez mais à comunidade dos historiadores a partir do século XX. Ficou famoso este célebre dito de Benedetto Croce (1917), mais tarde retomado por Lucien Febvre (1953) “Toda História é Contemporânea”. Ao lado disto, como demonstrou Michel de Certeau em seu famoso texto sobre a *operação historiográfica* (1974), podemos igualmente dizer que “Toda História é Local”, isto é, toda história é produzida de um *lugar* no qual o historiador necessariamente se inscreve, o que traz implicações sociais,

institucionais, intertextuais e inúmeras outras ao trabalho dos historiadores. (BARROS, 2010, p. 8)

Com efeito, toda escrita é produzida mediante as condições que a permitem existir, bem como as concepções de quem as escreve, seja ele historiador ou escritor literário. Dito de outra forma, existe sempre algo que interessa, motiva influencia quem produz a escrita, de modo que estes são conscientemente ou inconscientemente influenciados ao produzirem.

3.3 Produções Historiográficas e a família Pessoa

Existe muito material de cunho historiográfico que utilizou a família Pessoa como objeto de análise¹⁴. Não podemos analisar todos os textos, pois precisaríamos de uma pesquisa de fôlego maior. Faremos uma seleção e, desta, faremos uma síntese. Ressaltamos que a maioria das produções carrega um bordão: a *importância* da família Pessoa na política, quando não, a participação no cenário político nacional, estadual e municipal.

Exemplo desse modus operandi da escrita sobre Umbuzeiro, é o livro da historiadora Dra. Tatiane Vieira de Aguiar Barreto, publicado em 2020 e intitulado “Umbuzeiro: Uma cidade monumentalizada por seus filhos ilustres”. Segundo ela, o livro é uma versão ampliada de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em 2015, tendo como fonte um vasto material escrito, iconográfico e oral sobre Umbuzeiro. A autora é servidora efetiva do município de Umbuzeiro desde 22 de maio de 2006, na qualidade de professora do Ensino Fundamental I, tendo como chefe (no tempo de sua defesa de mestrado, que foi a base do livro em análise) o ex-prefeito Thiago Pessoa (2013 a 2016).

O livro possui sete capítulos divididos da seguinte maneira: Capítulo 1, intitulado *Percursos e escritas sobre a cidade*, no qual ela utiliza fontes diversas como os jornais, as fotos e a oralidade. Nesse capítulo ela descreve como o município de Umbuzeiro foi criado e inserido no âmbito político estadual e nacional, através das carreiras profissionais e políticas de Epitácio Pessoa, João Pessoa, Assis Chateaubriand entre outros. Essa narrativa historiográfica remonta à vida profissional e política das figuras que se tornaram notórias no município, confundindo-se com a história do município.

Não obstante, o livro remete à questão do poderio político da família Pessoa, expressamente monumentalizado nos espaços públicos da cidade de Umbuzeiro. O

¹⁴AVELINO, Thayse Júlia Rodrigues. PESSOA E MÁSCARAS, Poder local, família e Tradição, Campina Grande, 2014; SOUZA, Lindomar da Silva. CULTURA DE UMBUZEIRO - PARAÍBA, ASPECTOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS DE UMA CIDADE DE TRADIÇÕES. Campina Grande, 2015; GOMES, Jordan Queiroz. TRADIÇÃO E POLÍTICA NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANTÔNIO PESSOA E A POLÍTICA LOCAL EM UMBUZEIRO E REGIÃO (1890-1905) Campina Grande, 2016; SILVA, Tatiane Vieira. O SOBRENOME “PESSOA” NA ESPACIALIDADE URBANA: UMA HISTÓRIA DA CIDADE DE UMBUZEIRO-PB ATRAVÉS DOS NOMES DE SUAS RUAS, PRAÇAS, PRÉDIOS E MONUMENTOS. 2017; MACIEL, Ana Márcia. UMBUZEIRO: MODERNA, DESENVOLVIDA E CIVILIZADA?. ANPUH - 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019; MACIEL, Ana Márcia. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: Imagens do moderno na cidade de Umbuzeiro/PB (1900/1930). Campina Grande, 2017; BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. Umbuzeiro: uma cidade monumentalizada por seus filhos ilustres. Santa Catarina, 2020. BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. SILVA, Luzinete Barbosa da Silva. UMBUZEIRO, Estudos, Histórias e Memórias. Olinda, 2020, entre outras.

município é apresentado por meio de seus prédios centenários e o desejo de reconhecimento como patrimônio cultural. Nesse sentido, o Capítulo 2 intitulado *Espaços de memória pela cidade* apresenta os lugares de memórias construídos para fins da rememoração dos filhos da terra, enfatizando as nomeações de espaços públicos com o sobrenome Pessoa.

A autora enfatiza a importância dos “Pessoa” na política, levando em consideração que a cidade de Umbuzeiro era/é reduto da família, sendo os espaços públicos verdadeiras produções simbólicas deste poder.

A autora reconhece que as produções simbólicas são estratégias de manutenção da memória mitificada, reinventando-se para não cair no esquecimento. Essas produções criam ainda uma identidade, um padrão de sociedade, fazendo/surgindo - termo “terra dos Pessoa”.

No Capítulo 3 intitulado *Uma história das praças de Umbuzeiro*, ela aponta para a utilização dos monumentos como forma de criar e fortalecer uma identidade produzida a partir de seus pares. Esses lugares de memória reproduzem essa identidade e o pertencimento para os cidadãos umbuzeirenses.

Posteriormente, nos capítulos 4, 5, 6 e 7 a autora historiciza as praças construídas em Umbuzeiro (Praça João Pessoa, Praça Cel. Antonio Pessoa, Praça Assis Chateaubriand e Praça Carlos Pessoa Filho), trazendo à tona a biografia e o legado de cada personagem homenageado, bem como os eventos de inauguração.

O interessante é que a autora caracteriza o modelo operacional dos “Pessoa” na política local levando em consideração as estratégias políticas, mas não considera essas estratégias, como a autora Linda Lewin (1993), que trata esse tipo de prática como “clientelismo” ou “nepotismo”, uma prática de nomeação de parentes para cargos de confiança nos espaços públicos do executivo municipal.

Na dissertação de Barreto (2020) é possível identificar uma espécie de “tributarismo cultural” à família Pessoa, uma vez que foram historicizados os monumentos como as praças, as ruas, os prédios públicos e etc.. O texto rendeu o reconhecimento à subjetivação que fez eles surgirem, mas não indicou os efeitos socioeconômicos do mandonismo/clientelismo desse poder local, nem tão pouco apontou as conseqüências que esse modelo rendeu para garantir a hegemonia política dos “Pessoa” no município de Umbuzeiro.

Não obstante, ela faz o mesmo movimento de explicitação biográfica do umbuzeirense Assis Chateaubriand, configurando uma história de exaltação aos Pessoa e a Chateaubriand. Este movimento é contínuo na obra, porém a família Pessoa é, a priori, o carro chefe da pesquisa. Entretanto, ela reconheceu que para além do status político da família Pessoa, existiu um contexto sociopolítico que os favoreceu:

Uma característica bastante peculiar da oligarquia de base família era o provimento dos cargos municipais com membros da família ou amigos/aliados políticos. Desta forma, o nepotismo deveria ser visto como elemento útil para preservar o status local e hegemonia política do grupo de base familiar, ajudando a perpetuar a política local da parentela (BARRETO, 2020, p. 64).

Esta afirmativa é interessante, pois, para além da subjetivação do tema escolhido e das escolhas teórico-metodológicas, a autora não deixa de reconhecer que as estratégias políticas da família para permanecer na hegemonia política passam pelas questões econômicas e sociais da oligarquia.

Outra obra historiográfica que chama atenção é o livro intitulado *Umbuzeiro, estudos, histórias e memórias*, organizado por Luzinete Barbosa da Silva e a mesma Tatiane Vieira de Aguiar Barreto. Este é fruto do compilado de oito artigos de autores distintos.

No capítulo 2 do referido livro, intitulado *Epitácio Pessoa: vida e participação na política brasileira*, a historiadora Adeilda Maria de Souza Silva, segue a mesma dinâmica de exposição biográfica feita por Barreto (2020), exaltando a vida política e pessoal desse umbuzeirense, sem crítica ao acúmulo de poder político, fruto das práticas coronelistas, clientelistas ou mandonistas, sem também indicar os efeitos socioeconômicos deste poderio na cidade de Umbuzeiro.

No capítulo 5, intitulado *Umbuzeiro, A cidade monumento: a influência da família Pessoa na vida religiosa e educacional de Umbuzeiro*, a historiadora Thayse Júlia Rodrigues Avelino, enfatizou a participação do Cel. Antônio Pessoa na construção da Matriz Nossa Senhora do Livramento, sem esquecer de outros nomes: “[...] a monumental obra contou com as contribuições de Dr. Epitácio Pessoa, Antônio Pessoa Filho, Dr. Carlos Pessoa, Marina Ferraz Pessoa, Dr. Epitácio Pessoa Sobrinho, dona Margarida Pessoa [...]” (AVELINO, 2021, p. 118).

Outro ponto explorado pela autora são as nomeações de prédios públicos de cunho educacional com sobrenome Pessoa. Neste capítulo, Avelino (2021) reconhece que esses espaços se tornaram lugares de memória e, conseqüentemente, criações de memória coletiva. No entanto, Avelino segue a mesma dinâmica das outras autoras, fazendo apenas uma menção, nas considerações finais do capítulo, ao declínio do poder político dos “Pessoa” no cenário intermunicipal.

Vale salientar que os livros e artigos aqui citados foram fontes que não trabalharam questões de malefícios do poder político dos “Pessoa”. Outrossim, nesta pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho escrito que problematizassem esta questão.

Ao analisarmos os trabalhos acima descritos não tivemos a pretensão de englobar a questão da análise epistemológica, devido à pretensão de mostrar a escrita sobre os “Pessoa”.

3.4 Escritas literárias

As escritas literárias englobam uma série de gêneros textuais, mas devido ao tamanho e às limitações desse modelo de trabalho, fizemos uma seleção e síntese das produções que mencionaram a família Pessoa. Começaremos pelo livreto publicado em 2015 pelo Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), iniciativa do então presidente da corte, o desembargador Marcos Cavalcanti Albuquerque.

O livreto intitulado *Epitácio Pessoa, comemorações alusivas ao sesquicentenário de nascimento 1865 – 2015*, se refere à programação comemorativa dos 150 anos. Esse texto é importante para reconhecermos a permanência cultural de lugares de memória dos “Pessoa” através dos cinco eventos e visitas organizadas pelo TJPB. Essa comemoração começou em 28 de maio de 2015, com uma visita ao museu e Cripta de Epitácio, no Palácio da Justiça, na cidade de João Pessoa-PB.

O segundo evento foi uma visita à cidade natal de Epitácio Pessoa no dia 17 de julho de 2015, reafirmando o quanto o município de Umbuzeiro ainda é palco da hegemonia política dos “Pessoa”. Foi o único evento que saiu dos limites territoriais de João Pessoa. O terceiro evento contou com a conferência do Ministro Francisco

Rezek, realizada no Anfiteatro do Tribunal de Contas da PB, dia 8 de agosto de 2015. O quarto evento foi uma palestra com o Ministro Herman Benjamin no dia 6 de novembro de 2015, realizada no prédio do TJPB. O quinto evento foi o concerto com a Orquestra Sinfônica da Paraíba.

Este livreto serviu para fazer circular, culturalmente falando, os eventos e os lugares de memória dos “Pessoa”, enfatizando os nomes que participaram e os locais onde foram realizados. O interessante é que o livreto também contém um texto biográfico no mesmo modelo apologético que a maioria das produções acadêmicas fazem sobre Umbuzeiro, em especial aos “Pessoa”.

Da página 19 à 36 foi transcrito o discurso do historiador Humberto de Mello e, na ocasião, palestrante de *Epitácio Pessoa – O Político e o Estadista*. Nesse sentido, o discurso apresentou em minúcias a vida profissional e política de Epitácio, tornando-se uma narrativa apologética. Normalmente, num evento como este, o palestrante não costuma mencionar as contradições e os interesses políticos do homenageado. Porém, levando em consideração o lugar social do palestrante (historiador) é surpreendente ele não ter citado os meios pelo qual Epitácio conseguiu se eleger para cargos como o de Senador, Deputado, etc.

Apesar disso, Mello mencionou as concepções de Epitácio em relação ao golpe de Vargas em 1930:

E quando, pouco depois de assumir o cargo, Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, aposentou compulsoriamente seis Ministros do Supremo, Epitácio retirou seu pedido de reintegração, por não aceitar o ato revolucionário (MELLO, 2015, p. 34).

É possível que Epitácio não tivesse noção dos conceitos políticos do coronelismo, embora na prática ele se beneficiasse desse tipo de relação política. No entanto, o historiador Mello mostrou não ter essa noção, já que na referida palestra falou de 1930 como “ato revolucionário” e silenciou sobre a relação da família Pessoa com os “Lucena” para se manter em evidência política.

Outra literatura que corrobora com a tese de mitificação mediante omissão das condições socioeconômicas é a publicação de uma HQ intitulada *Epitácio Pessoa* lançada em junho de 2015 por Neide Medeiros e ilustrada por Isaac Brito. Nesse texto os autores fazem uma romântica história biográfica de Epitácio Pessoa. Sem sombra de dúvida o trabalho é interessante, mas notamos que a vida profissional e política do personagem é narrada na perspectiva de um “vencedor”. Esta produção literária faz o mesmo movimento das anteriores, isto é, não expõe o contexto pelo qual os “Pessoa” ascenderam na vida pública.

Outra escrita literária, embora musicalizada, que chama a atenção é o Hino do município de Umbuzeiro. Ele é fruto do efeito do poder simbólico dos “Pessoa” em Umbuzeiro. Para tanto, esse hino está presente e sendo lembrado em instituições educacionais do município, sendo praticado pelos alunos da rede Municipal e Estadual do Município. Na terceira estrofe do hino, fica evidente o poder local: “No seu céu para sempre ecoará, um hino de fé, imortal, imortal, lembrando Epitácio Pessoa, João Pessoa e Chateaubriand, esse trio ideal. Os seus nomes são a glória de Umbuzeiro, sua terra natal” (GOMES, 1995, p. 83).

As várias formas de exaltação aos umbuzeirenses Epitácio e João Pessoa, são ainda temas na literatura de cordel, nas cantorias, nas rodas coco e outros. Isso fica evidente em várias produções culturais que circulam dentro e fora do município. Sobre isso, o livro *Umbuzeiro 100 anos: nossa terra, nossa história, nossa gente*, escrito pelo advogado José Eduardo Gomes e lançado em 1995, foi uma das

primeiras produções que fugiram à regra, pois mostrou a história umbuzeirense por outro viés que não o do domínio dos “Pessoa”.

É interessante frisar que Gomes (1995) mencionou outros cidadãos umbuzeirenses como a Sinhá Balbina – A vendedora de Bolo, (p.134), Zuza Felizardo – O astucioso, (p. 135), Noé Vicente – O machão, (p. 136), João Bolsinha – O dançarino Russo, (p.138). Ao dedicar um espaço a figuras como ele mesmo fala “folclóricas”, ou mais precisamente, as pessoas “comuns” do município, fica evidente que para além dos Pessoa, outros umbuzeirenses foram literalmente chamadas de figuras folclóricas. Talvez sem perceber, Gomes (1995) ao folclorizar os cidadãos umbuzeirenses mencionados em sua escrita, ele expõe o efeito do poder simbólico dos Pessoa em Umbuzeiro. Ou seja, Para além dos Pessoa, aos demais foi dada a oportunidade de visibilidade, porém como figuras pitorescas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória coletiva condensada nos monumentos e na escrita se tornou imprescindível para a permanência de determinados eventos, fatos e personagens políticos da história de Umbuzeiro. Analisando-as é possível detectar relações de força, interesses ocultos, subjetividades, entre outros aspectos. No entanto, observamos que as escritas historiográficas e literárias enfatizaram a história dos umbuzeirenses que se destacaram na política nacional, estadual e local.

Este foco nos permitiu perceber uma estratégia central – a da utilização desta preponderância nas escritas e nos monumentos como fruto do poder simbólico dos políticos Epitácio Pessoa e João Pessoa. Corroborando com isso, a maioria das escritas não fazem críticas ao poder exercido e às consequências que isso tem na sociedade e na economia do município.

Talvez, sem se dar conta, os autores das produções escritas (literárias ou historiográficas) se tornaram ferramentas de exaltação nas mãos dos políticos que podem e/ou são usados para fins políticos do presente. Ou seja, os herdeiros/parentes dos “ilustres” se beneficiam politicamente destas produções.

Na medida em que é enfatizado o mito político dos “Pessoa”, é comum que haja a apropriação desta herança. Logo, os produtores de escritas devem observar o efeito que as escritas podem exercer, embora nesse estudo não haja a pretensão de crítica aos métodos, aos aportes teóricos, às fontes e aos demais componentes necessários no fazer historiográfico ou literário.

Com isso, aponto para a responsabilidade ética que ronda, principalmente, o fazer do historiador, que se resume na honestidade que exprime a essência social do homem – o agir com responsabilidade (FRANKLIN, 1994). Ou seja, cabe a nós, escritores e historiadores, considerarmos os dois lados de uma mesma história.

Pouco ou nada se historicizou a respeito das forças coronelísticas existentes em Umbuzeiro na Primeira República, o que permitiu que a família Pessoa se tornasse hegemônica na política, bem como os seus efeitos na cultura, na educação e demais âmbitos sociais do município.

O efeito do poder local visto através da apropriação do capital político deixado pelos “Pessoa” se exemplifica, principalmente, na memória dos umbuzeirenses. Igualmente a outros municípios brasileiros, esse poder é oriundo do poder econômico. Ou seja, os eleitos chegaram ao poder através de seu *status* econômico/social/acadêmico, de modo que Umbuzeiro poderia ser reconhecido como o espaço da “dinastia política” da família “Pessoa”.

Embora tal “dinastia” esteja em decadência, ela é hegemonicamente efetiva no município no tocante à política eleitoral. Este poder se estende em vários segmentos da sociedade, como nas construções arquitetônicas que refletem o movimento do capital político e da constante influência deste poder.

Os efeitos deste poder também estão presentes na manutenção dos benefícios oriundos do exercício de cargos públicos. Logo, o poder político dos “Pessoa” aprofundou-se com as heranças políticas deixadas por Epiácio Pessoa, João Pessoa e parentes de grande envergadura na política eleitoral. Isso culminou com a vitória nas urnas através dos pleitos disputados pela família no Poder Executivo do Município, que na falta de paridade/equidade no processo democrático, tornara-se hegemônica.

Por fim, a apropriação desta herança política é constantemente amplificada quando não há um movimento de crítica, e desconstrução de estereótipos. De outra forma, não existirá uma prática verdadeiramente democrática no município enquanto existir a apropriação de um passado que só serve para fins particulares e não para a coletividade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história). Curitiba: Editora Appris, 2019.

AVELINO, Thayse Julia Rodrigues. Umbuzeiro a cidade monumento: a influência da família Pessoa na vida religiosa e educacional de Umbuzeiro. *In*: SILVA, Luzinete Barbosa da; BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. **Umbuzeiro**: estudos, histórias e memórias. Olinda: livro rápido, 2021. p. 117-130.

BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. **Umbuzeiro**: uma cidade monumentalizada por seus filhos ilustres, Curitiba: Editora CRV, 2020.

BOURDIEU, Piere. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, José Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos**: nossa história, nossa terra, nossa gente. Campina Grande; Gráfica Offset Marcone, 1995.

GURJÃO, Eliete de Queiroz, A Paraíba Republicana (1889-1945). *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da et. al. (org.) **Estrutura do poder na Paraíba**. João Pessoa; Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 56.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Tradução: Andrea Vilalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACHADO, Roberto (Org. e Introd.) *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15o edição, Rio de Janeiro, Graal, 2000, p. 15.

NOGUEIRA, Maria Alice; MARTINS NOGUEIRA, Cláudio Marques. **Bourdieu & a educação**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. P. 23-101.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. “A problemática dos lugares”. Projeto História. São Paulo, n.10, 1993, p.8-28

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiás, v.1, n. 1, p. 3-12, jan./jun 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. A edição de Dora Rocha. Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, vol5. n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989,

SILVA, Adeilda Maria de Souza. Epitácio Pessoa: vida e participação na política brasileira. *In*: SILVA, Luzinete Barbosa da; BARRETO, Tatiane Vieira de Aguiar. **Umbuzeiro**: estudos, histórias e memórias. Olinda: livro rápido, 2021. p. 39-63.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Consultado em 22 de janeiro de 2022.